



**Universidade:  
presente!**

**UFRGS**  
PROPEAQ



**XXXI SIC**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Potencial impacto ambiental dos novos agrotóxicos liberados pelo Governo brasileiro em 2019
<b>Autor</b>	FERNANDA MIRANDA DE OLIVEIRA
<b>Orientador</b>	ALEXANDRE ARENZON

## **Potencial impacto ambiental dos novos agrotóxicos liberados pelo Governo brasileiro em 2019**

Fernanda M. de Oliveira, Alexandre Arenzon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Centro de Ecologia – Laboratório de Ecotoxicologia

Os agrotóxicos impulsionaram fortemente a produção agrícola no Brasil, transformando o país em um dos três maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo. Se inicialmente o objetivo era aumentar a produção, atualmente, as maiores preocupações são o impacto ambiental e o problema de saúde pública ocasionados pelos agrotóxicos. Recentemente, houve um aumento de liberações de registros para novos agrotóxicos. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirma não existir problema na liberação desses novos agrotóxicos, pois seus princípios ativos já são comercializados. Falta uma análise crítica sobre a toxicidade dos novos produtos e aquela já conhecida para os princípios ativos. É necessário um embasamento científico que comprove que os novos agrotóxicos são iguais aos seus princípios ativos já comercializados. O objetivo desse trabalho é comparar os valores de CL50 e CE50 dos novos agrotóxicos e os dos seus princípios ativos. Os agrotóxicos liberados e registrados no Diário Oficial da União entre os meses de janeiro a maio de 2019 serão agrupados conforme o princípio ativo. Baseado na FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) de cada novo agrotóxico, serão verificados os valores de toxicidade apresentados. Baseado na bibliografia disponível serão obtidos dados referentes a toxicidade dos princípios ativos. A partir desses valores será possível comparar o grau de toxicidade dos produtos liberados pelo Governo e aquele conhecido para o princípio ativo previamente liberado.